

EUA - o novo corsário do Caribe



Por LUIS BONILLA-MOLINA & OSVALDO COGGIOLA*

O ataque não é o sinal de um império no auge, mas o estertor de quem troca a diplomacia pela força bruta – um ato de corsário que, ao rasgar o direito internacional, acelera sua própria irrelevância

Todo o sistema jurídico internacional, incluindo o dos Estados Unidos, foi abalado em 3 de janeiro de 2026. A intervenção militar dos EUA contra a Venezuela, o sequestro do presidente Nicolás Maduro e sua esposa, e os anúncios de planos para instalar um governo apoiado pelos EUA remetem à era da colonização e da lei do mais forte. A América Latina sofreu uma ferida em sua dignidade e soberania que não só não cicatrizará facilmente, como também prenuncia abusos ainda maiores.

O relançamento da Doutrina Monroe, com seu corolário trumpista, confirma que os Estados Unidos entraram em uma nova fase de ataques a territórios com recursos para se apoderarem deles; que nenhum povo da região estará isento dessa tendência. Sob o aparente retorno aos princípios do colonialismo clássico (com o qual mantém um vínculo indissociável), porém, jazem os estertores de um imperialismo financeiro em processo de decadência.

O líder da nação mais poderosa do mundo confessou que, nas primeiras horas do dia 3, utilizou 20 bases, lançou um ataque com 150 aeronaves, helicópteros de ataque e drones de última geração para subjugar o governo venezuelano, massacrar tropas e civis e estabelecer um novo modelo de golpes de Estado, abertamente orquestrado a partir da Casa Branca, utilizando seu poderio naval, aéreo e de fogo. Uma flotilha de helicópteros cruzou a capital, Caracas, em um ato flagrante de intimidação contra a população civil.

Para aqueles que pensavam ser apenas bravata, a era da dominação territorial continental pelos Estados Unidos começou. As palavras de Donald Trump foram precisas: “É preciso entender que o que aconteceu com Nicolás Maduro pode acontecer com qualquer um que faça o mesmo”. “Os Estados Unidos liderarão a transição até que o país esteja no caminho certo, e isso trará lucro para o povo” é a declaração neocolonial inaceitável feita por Donald Trump.

Nem Nicolás Maduro, nem Delcy Rodríguez, nem mesmo María Corina Machado (Donald Trump afirma que María Corina Machado não tem “o apoio nem o respeito” para governar a Venezuela) ou Edmundo González Urrutia são considerados figuras nacionais com mérito suficiente para conduzir a transição neocolonial; o que Donald Trump propôs é que um grupo de pessoas “boas”, escolhidas por eles, gerencie a transição.

Em outras palavras, nomes fabricados nos EUA, submissos e incondicionais. Antes do cerco à Venezuela, um enviado de Donald Trump a Caracas obteve do governo venezuelano a exploração de todos os recursos minerais do país pelos EUA em troca de um adiamento das hostilidades. Essa linha foi ratificada por Nicolás Maduro em entrevista a Ignacio Ramonet, diretor do *Le Monde Diplomatique*. O acordo foi bloqueado por Marco Rubio, Secretário de Estado e Segurança Interna dos EUA, que exigiu a renúncia de Nicolás Maduro. E ele a obteve.

Mas o preço pode ser alto: Donald Trump embarcou em uma guerra contra governos “narcoterroristas” para transformar

a terra é redonda

seus países em protetorados que permitam a confiscação de suas matérias-primas. O sistema judiciário dos EUA pode ter dificuldades para condenar Nicolás Maduro, correndo o risco de transformar o banditismo de Donald Trump em um processo jurídico contra o próprio Donald Trump.

Exatamente por essa razão, o governo do magnata-pedófilo-criminoso, em estilo mussoliniano, já anunciou que está se preparando para redobrar a aposta: Donald Trump anunciou que Cuba estará no olho do furacão, ao que seu Secretário de Estado, Marco Rubio, acrescentou: "Se eu vivesse em Havana, estaria preocupado". Em outras palavras, unir forças em defesa da soberania venezuelana é o caminho para garantir a soberania de toda a região. Somente uma América Latina unida pode enfrentar a ofensiva neocolonial dos EUA.

Certamente, María Corina Machado, figura da extrema direita que apoiou o genocídio em Gaza e se alinhou a todos os reacionários do mundo, vinha sendo, até então, o cavalo de Troia das últimas administrações estadunidenses. Embora María Corina Machado, como disse Donald Trump, "não goze do respeito de todo o povo da Venezuela", e seu discurso vise aprofundar a polarização e a divisão do povo venezuelano, fortalecendo a direita pró-imperialista, não é isso que preocupa os EUA, mas sim a possibilidade de que sua liderança possa, em algum momento, entrar em contradição com a agenda neocolonial que desejam impor.

A interrupção abrupta, como fez Donald Trump, expressa a decisão americana de impedir que qualquer liderança com apoio popular assuma o governo e o Estado venezuelanos. Eles precisam de governos fracos, sem vínculos com as massas, que não possam confrontar as políticas neocoloniais dos EUA em nenhum momento.

Donald Trump ameaçou que o ataque militar à Venezuela, que começou às 2h da manhã do dia 3 de janeiro, poderia ser repetido a qualquer momento se os remanescentes do regime de Maduro não concordarem rapidamente com uma transição neocolonial. A resposta da vice-presidente Delcy Rodríguez foi declarar que o único presidente da Venezuela é o sequestrado Nicolás Maduro, o que cria um perigoso vácuo de poder, já que a Venezuela passou as últimas horas sem um presidente no cargo ou no país. As próximas horas serão cruciais para o curso dos acontecimentos.

O sequestro de Nicolás Maduro e a sucessão presidencial

Segundo Donald Trump e seu gabinete de guerra contra a Venezuela, a captura e o sequestro de Nicolás Maduro - para os quais não há fundamento legal - foram uma operação planejada durante meses, combinando trabalho de inteligência de agências como a CIA com operações de campo das forças armadas americanas. Assim que a residência de Nicolás Maduro foi localizada, seus guardas foram subjugados, e ele e sua esposa foram presos e levados para fora do país. O sistema judiciário americano, aparentemente por meio de um júri popular, será responsável por julgá-lo.

O sequestro de Nicolás Maduro cria um vácuo de poder que deve ser resolvido com a ativação da linha de sucessão. A Constituição de 1999 estipula que a ausência temporária ou permanente do presidente deve ser preenchida pelo vice-presidente, neste caso, Delcy Rodríguez. Se for uma ausência permanente, ela deve tomar posse como presidente para convocar eleições em até 30 dias.

Se, por outro lado, ela assumir a presidência em decorrência de uma ausência temporária, poderá exercer o cargo por 90 dias, prorrogáveis por mais 90, o que significa que poderia governar por seis meses. Dezesseis horas após a Venezuela ficar sem um presidente capaz de exercer o cargo, a sucessão presidencial permanente ainda não havia sido ativada, e tampouco havia qualquer menção a uma ausência temporária, gerando uma situação de ingovernabilidade e um vácuo de poder.

Os fatos

As operações começaram às 2h da manhã, horário local, e terminaram às 3h29 da manhã do dia 3 de janeiro de 2026. Durante esse período, drones de última geração, drones carregados com mísseis, helicópteros de ataque e tropas

a terra é redonda

especializadas em operações cirúrgicas sobrevoaram o espaço aéreo de Caracas com total impunidade. A resistência militar local foi mínima.

Enquanto toda a população se perguntava sobre a situação no Palácio Presidencial, conhecido como Miraflores, Nicolás Maduro foi capturado e mantido em cativeiro em uma casa fortificada com um bunker, que servia como sua residência em um setor da Base Militar de Tiuna. A ação dos EUA constitui uma violação flagrante dos Artigos 1 e 2 da Carta das Nações Unidas, que garantem a inviolabilidade da soberania e a igualdade jurídica dos Estados, proibindo o uso da força para dominar ou anexar territórios.

Um elemento marcante na análise do ataque dos EUA é a resistência precária ou inexistente das Forças Armadas venezuelanas. Durante uma hora e meia, aeronaves americanas sobrevoaram o país impunemente, atacando alvos predeterminados. Foi o governo de Donald Trump que anunciou, horas depois, que apenas uma aeronave americana havia sido atingida, mas que conseguiu retornar à sua base de operações. Rumores que circularam nas redes sociais, como contrainformação, alegavam tratar-se de um golpe interno e que o Ministro da Defesa havia sido assassinado.

Ainda nas primeiras horas da manhã, Vladimir Padrino, chefe das Forças Armadas, reapareceu vivo, confirmando o ataque americano, que envolveu mísseis e foguetes de última geração disparados de helicópteros, drones e aviões. Ele especificou que o ataque atingiu os estados de Miranda, Aragua e La Guaira, sem fornecer estatísticas sobre vítimas ou feridos. Momentos depois, o Ministro do Interior e da Justiça, Diosdado Cabello, apareceu, indicando que não havia problemas de ordem pública após os ataques e que os serviços básicos estavam funcionando sem problemas, embora algumas áreas de Caracas tenham relatado cortes de energia.

Às 3h54 da manhã, foi divulgado o comunicado oficial do governo bolivariano, rejeitando a agressão militar perpetrada pelo governo de Donald Trump contra o território venezuelano, mas omitindo qualquer informação sobre o paradeiro de Nicolás Maduro Moros. É notável que, ao contrário das demoras burocráticas às quais o governo venezuelano nos acostumou, o comunicado foi divulgado em tempo recorde.

Às 5h20 da manhã, o Ministro da Defesa, Vladimir Padrino López, emitiu um comunicado no qual reafirmou seu apoio ao Decreto de Estado de Emergência Externa decretado para todo o território venezuelano. Ele não só deixou de informar sobre o que havia acontecido com o presidente, como também reafirmou sua obediência inabalável ao próprio Nicolás Maduro, que já estava sendo levado para os Estados Unidos.

Às 5h40, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) divulgou um comunicado condenando a agressão militar dos EUA contra a Venezuela. Às 6h, o presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, emitiu um comunicado denunciando o ataque militar contra a pátria de Bolívar. Posteriormente, o presidente colombiano, Gustavo Petro, também condenou o ataque perpetrado pelos Estados Unidos.

Às 6h23, a vice-presidente Delcy Rodríguez exigiu provas de vida do presidente Maduro, reconhecendo que ele havia sido sequestrado em uma operação militar dos EUA. Minutos depois, o governo da Turquia, um país aliado, expressou seu apoio à República Bolivariana da Venezuela. Às 6h46, foi noticiado que o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela havia solicitado uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Minutos depois, o Kremlin condenou a agressão dos EUA contra a Venezuela.

Às 8h12, o Procurador-Geral da Venezuela, Tareck William Saab, exigiu da administração de Donald Trump provas de que o presidente Nicolás Maduro estava vivo. Oito minutos depois, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em nome de seu governo, condenou veementemente a agressão militar dos EUA contra a Venezuela. Às 8h39, o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Keir Starmer, esclareceu que Londres não havia "participado de forma alguma" da operação.

Pouco depois das 8h47, o Uruguai rejeitou a intervenção militar dos EUA, claramente contrária ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas. Cinco minutos depois, soube-se que o Ministro das Relações Exteriores da Espanha estava

realizando reuniões de emergência sobre a situação venezuelana com representantes de alto escalão da União Europeia.

Às 8h57, o governo mexicano emitiu um comunicado condenando e rejeitando as ações militares unilaterais realizadas pelas forças armadas dos Estados Unidos contra alvos em território da República Bolivariana da Venezuela.

Minutos depois, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva questionou a operação militar de Nicolás Trump, afirmando que os americanos estavam cruzando uma linha inaceitável. Às 9h30, a procuradora-geral dos EUA, Pamela Bondi, anunciou que o presidente Nicolás Maduro seria julgado nos Estados Unidos, perante juízes e tribunais americanos. O aparato estatal dos EUA alinhou-se com a agressão imperialista. Nas horas seguintes, houve pressão diplomática de governos como Rússia, China, África do Sul, Colômbia e CARICOM, que condenaram o ataque e exigiram o retorno aos canais da justiça internacional.

À tarde, a vice-presidente Delcy Rodríguez emitiu um comunicado, acompanhada pelo alto comando militar e representantes dos poderes públicos, no qual insistiu que Nicolás Maduro era o presidente da Venezuela. No entanto, naquela mesma noite, Delcy Rodríguez foi empossada pelo Supremo Tribunal de Justiça como presidente interina, preenchendo uma vaga temporária. Isso lhe permite liderar o Poder Executivo por 180 dias, mais um mês adicional para convocar e realizar novas eleições.

A coletiva de imprensa de Donald Trump

A coletiva de imprensa do presidente dos EUA ocorreu às 12h45, horário da Venezuela. Os principais pontos abordados por Donald Trump foram: (a) Ele reconheceu a captura de Nicolás Maduro, com quem uma transição estava sendo negociada, mas, segundo o presidente, as conversas estavam paralisadas; (b) Ele afirmou que, se um acordo de transição com as autoridades venezuelanas não fosse alcançado em breve, os EUA lançariam um ataque muito mais letal contra o país, o que significa que as ações de 3 de janeiro foram o início, e não o fim, de um conflito militar.

(c) Ele anunciou a decisão dos Estados Unidos de manter o controle da situação na Venezuela, mantendo o bloqueio naval e promovendo um governo de "boas pessoas" que responderiam à equipe liderada por ele, acompanhada pelos Secretários da Guerra e da Segurança Interna, e pela liderança militar dos EUA. (d) María Corina Machado não será a figura central da transição porque, segundo Donald Trump, "Seria difícil para ela ser uma líder. Ela é uma grande mulher, mas não tem o respeito da nação (...)".

(e) Ele reconhece Delcy Rodríguez como a linha de sucessão para ter alguém com quem discutir a transição, para não a deixar no poder; a esse respeito, ele destaca: "Eles têm uma vice-presidente escolhida por Nicolás Maduro, que certamente agora é presidente. Ela conversou com Marco Rubio e disse que farão o que nós dissermos. Ela não quer fazer coisas como Maduro". (f) Os Estados Unidos manterão o controle da transição até que o pleno potencial da indústria petrolífera seja restaurado e a "recuperação do país" esteja em andamento.

Na coletiva de imprensa, Donald Trump afirmou que Marco Rubio já está discutindo a transição com o vice-presidente Darcy Rodríguez, que não está na lista de procurados. O que restar do regime de Nicolás Maduro serviria como uma ponte na transição da Venezuela para um status semelhante a um vice-reinado, na forma de uma espécie de protetorado.

Quanto à suposta incapacidade da Venezuela, como disse Donald Trump, de extrair seu próprio petróleo (mais uma manifestação do desprezo imperialista pelos povos oprimidos do mundo), vale lembrar a informação bem divulgada pela *Al Jazeera*: "A Faixa do Orinoco contém petróleo extrapesado, altamente viscoso e denso, o que torna sua extração difícil e cara em comparação com o petróleo convencional. A produção de petróleo nessa região requer técnicas avançadas, como injeção de vapor e mistura com petróleos mais leves para comercialização".

A coletiva de Donald Trump foi uma declaração do status neocolonial da Venezuela, da perda de sua soberania territorial e política e da apropriação da riqueza venezuelana (especialmente os recursos energéticos, os mais de 300 bilhões de barris

a terra é redonda

de petróleo bruto que constituem as maiores reservas de petróleo do mundo), com a exigência incoerente da devolução de terras roubadas, que nunca pertenceram à América do Norte.

A conferência de imprensa de Donald Trump foi o lançamento prático e tangível de sua “estratégia de segurança nacional”, que considera todo o continente e o Hemisfério Ocidental como uma extensão de suas fronteiras imperiais.

Questões que exigem respostas

Diversas perguntas permanecem no ar, cujas respostas permitirão uma análise mais aprofundada nos próximos dias. Por que a equipe militar e de segurança do presidente Maduro falhou de forma tão catastrófica? Por que a resposta militar às operações dos EUA foi tão fraca, ou quase inexistente? Não houve sirenes de alarme, nem mísseis interceptores; os mísseis S-300, fornecidos pela Rússia, não foram ativados, nem os sistemas eletrônicos de segurança.

Quem se beneficia de uma transição sem Nicolás Maduro ou María Corina Machado? Por que o silêncio do governo por tantas horas em relação ao sequestro de Nicolás Maduro? Estaríamos testemunhando uma transferência de poder para uma junta civil-militar negociada entre as autoridades governamentais atuais e o governo de Donald Trump? Se essa negociação falhar, estaríamos entrando em uma longa campanha militar para esmagar o regime de Nicolás Maduro? A interferência dos EUA até que a situação do país se normalize envolve o estabelecimento de bases militares em solo venezuelano?

A reação popular

A vice-presidente Delcy Rodríguez – presidente interina de acordo com a linha constitucional de sucessão – convocou a mobilização popular em defesa do presidente Nicolás Maduro e do governo bolivariano. Ao contrário do que aconteceu com o golpe de 2002 contra Hugo Chávez, desta vez, quase 24 horas após o governo de Donald Trump lançar seus ataques, o apelo para manifestações de rua não encontrou eco na população.

Apenas pequenos grupos de cerca de 100 pessoas foram vistos, transmitidos pelo canal de televisão estatal. O sentimento anti-imperialista não é generalizado e há grandes segmentos da população, pelo contrário, para quem o sentimento anti-Nicolás Maduro é a força motriz por trás de suas ações.

O alto comando militar bolivariano está se preparando para resistir a um ataque dos EUA, mesmo que por meio de guerra irregular? Nada disso foi considerado. A possibilidade de uma guerra nacional (mesmo que irregular), ou de uma guerra civil, já está gerando temores justificados dentro do próprio establishment estadunidense. Um jornalista espanhol-argentino, ferrenhamente anti-Chávez e simpático ao liberalismo imperial (isto é, ao “imperialismo tradicional”), evoca essas possibilidades com visível apreensão: “Qual será o papel do Congresso dos EUA, especialmente se tropas forem mobilizadas para garantir a transição?

Quando o Panamá foi invadido em 1989, 26 mil soldados foram mobilizados, mas a Venezuela é várias vezes maior, com uma geografia complexa e diversos grupos armados ativos que não são facilmente subjugados”. Um possível cenário seria uma ruptura no alto comando militar venezuelano.

O ataque à Venezuela faz parte de uma ofensiva mais ampla do imperialismo estadunidense e seus aliados incondicionais. Donald Trump alertou que bombardeará o Irã novamente; enquanto isso, já está acontecendo no Iêmen, com ataques de uma milícia dos Emirados Árabes Unidos, aliada de Israel, que expressou seu apoio à criação de um Estado separatista na Somália, ampliando seu controle sobre a estratégica rota do Mar Vermelho.

Na América Latina, embora seja hora de priorizar o anti-imperialismo e denunciar a interferência dos EUA nos assuntos venezuelanos, é preciso ressaltar que o sentimento de nacionalismo frustrado entre uma parcela significativa da população decorre da decisão do governo Nicolás Maduro de abandonar o programa social popular personificado por Hugo Chávez,

a terra é redonda

implementando políticas neoliberais com retórica de esquerda. Nicolás Maduro é o arquiteto da erosão do sentimento anti-imperialista na Venezuela, um fenômeno que acabou consumindo seu próprio criador.

O que fazer?

A invasão colonial e a agressão militar contra a Venezuela desencadearam uma crise de poder global. Nenhum país ou bloco de poder está imune. A invasão coloca a China em uma situação delicada, já que o país é altamente dependente das importações de petróleo venezuelano: os EUA, exercendo seus recém-adquiridos poderes vice-reais, garantiriam suas importações de petróleo em troca de extorsão à China na exploração internacional e no comércio de terras raras.

Nos EUA, surge a possibilidade de uma crise que poderia desencadear uma vasta mobilização anti-imperialista no próprio coração do império. O recém-eleito prefeito de Nova York, a cidade mais simbólica do império americano, Zohran Mamdani, falou abertamente sobre “a captura militar americana do presidente venezuelano Nicolás Maduro e sua esposa, bem como sua planejada prisão sob custódia federal aqui na cidade de Nova York”: “Atacar unilateralmente uma nação soberana é um ato de guerra e uma violação do direito federal e internacional”.

A ação dos EUA é ilegal e inconstitucional sob a lei americana e a Constituição, que estipulam que a aprovação do Congresso é necessária para qualquer ato de guerra, como até mesmo crianças em idade escolar nos Estados Unidos sabem. O *New York Times*, talvez o porta-voz mais tradicional da comunidade empresarial americana, já se manifestou em protesto em um artigo de seu Comitê Editorial intitulado “O ataque de Trump à Venezuela é ilegal e imprudente”, que afirma: “Os Estados Unidos passaram 20 anos sem conseguir estabelecer um governoável no Afeganistão e substituíram uma ditadura na Líbia por um Estado fragmentado. As trágicas consequências da guerra de 2003 no Iraque continuam a assombrar os Estados Unidos e o Oriente Médio. Talvez o mais relevante seja o fato de que os Estados Unidos desestabilizaram esporadicamente países da América Latina, como Chile, Cuba, Guatemala e Nicarágua, tentando derrubar governos pela força”.

No caso do Oriente Médio e da Ásia Central, o argumento era combater o “terrorismo islâmico” originário de uma religião e cultura estrangeiras; no caso da Venezuela, o argumento do “choque de civilizações” é particularmente inadequado em um país com tradição cristã (colonial) e cujo esporte mais popular - o beisebol - é o mesmo dos EUA, para cujas ligas principais forneceu e continua a fornecer vários de seus jogadores mais destacados.

E os editorialistas do *New York Times* não pouparam confissões: “Os ataques de Donald Trump à Venezuela violam o direito internacional. Ao bombardear os pequenos barcos que Donald Trump diz estarem traficando drogas, ele matou pessoas com base na mera suspeita de que cometem um crime, sem lhes dar qualquer oportunidade de se defenderem. As Convenções de Genebra de 1949 e todos os principais tratados de direitos humanos subsequentes proíbem esse tipo de execução extrajudicial. O mesmo acontece com a lei dos EUA. O governo parece ter matado pessoas indefesas. Em um ataque, a Marinha lançou um segundo ataque a uma embarcação já destruída, cerca de 40 minutos após o primeiro, matando dois marinheiros que se agarravam aos destroços e não pareciam representar qualquer ameaça... Donald Trump sequer tem um pretexto de autoridade legal para validar seus ataques à Venezuela”. Estamos diante de uma quadrilha de assassinos disposta a impor a lei da ilegalidade em todos os lugares.

Os editorialistas não economizam em argumentos: “Donald Trump ainda não ofereceu uma explicação coerente para suas ações na Venezuela. Ele está empurrando nosso país para uma crise internacional sem nenhum motivo válido. Se Donald Trump quiser argumentar o contrário, a Constituição determina o que ele deve fazer: recorrer ao Congresso. Sem a aprovação do Congresso, suas ações violam a lei americana. A justificativa nominal para o aventureirismo militar do governo é destruir ‘narcoterroristas’ [aspas dos autores!]. Ao longo da história, governos rotularam líderes de nações rivais como terroristas, tentando justificar incursões militares como operações policiais. A alegação é especialmente ridícula neste caso, visto que a Venezuela não é uma produtora significativa de fentanil ou das outras drogas que dominaram a recente epidemia de overdose nos Estados Unidos, e a cocaína que produz flui principalmente para a Europa. Enquanto Donald Trump atacava embarcações venezuelanas, ele também concedeu indulto a Juan Orlando Hernández, que

a terra é redonda

comandava uma vasta operação de narcotráfico quando era presidente de Honduras (2014 a 2022)“.

O jornal americano observa que vários membros republicanos do Congresso estão profundamente céticos em relação aos rumos que Donald Trump está dando ao país e já apoiaram uma legislação que limitaria as ações militares de Donald Trump contra a Venezuela. Sem mencionar a significativa indignação pública em diversas cidades americanas contra a repressão policial e a deportação de imigrantes indocumentados, a grande maioria dos quais de origem latino-americana.

Os argumentos são numerosos, assim como as divisões internas no próprio âmago dos bandidos. Devemos aproveitar ao máximo esta crise dos “de cima” (ou melhor, a crise que se manifesta nos escalões superiores). Os setores democráticos, de esquerda, da classe trabalhadora e revolucionários precisam construir uma mobilização global ampla e diversa que coloque o anti-imperialismo e a luta pela soberania e autodeterminação dos povos como prioridade global.

É hora de priorizar a luta contra o imperialismo; nesse sentido, o apelo feito por amplos setores internacionais para um encontro virtual em 10 de janeiro, com o objetivo de lançar uma plataforma anti-imperialista global, é pertinente. Diante da ofensiva neocolonial dos EUA, a soberania se defende promovendo alianças nacionais e internacionais e frentes únicas que defendam o direito dos povos do mundo de decidirem seu próprio destino.

***Luis Bonilla-Molina** é professor de pedagogia na Universidad Nacional Experimental de la Gran Caracas (UNEXCA).

***Osvaldo Coggiola** é professor titular no Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de Teoria econômica marxista: uma introdução (Boitempo). [<https://amzn.to/3tkGFRo>]

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI ➔ **CONTRIBUA**